

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

PARA UMA MIRADA MARXISTA SOBRE A TRANSIÇÃO AO NEOLIBERALISMO: AS ANÁLISES DE CARLOS NELSON COUTINHO E JOSÉ CHASIN SOBRE O CAPITALISMO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

Marco Aurélio Palu

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17876>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

PARA UMA MIRADA MARXISTA SOBRE A TRANSIÇÃO AO NEOLIBERALISMO: AS ANÁLISES DE CARLOS NELSON COUTINHO E JOSÉ CHASIN SOBRE O CAPITALISMO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

AUTOR: MARCO AURÉLIO PALU

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2635-8281>

marco.a.palu@gmail.com

Mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Umuarama (PR), Brasil.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo central trazer à tona as análises de Carlos Nelson Coutinho e José Chasin sobre a transição do Brasil ao assim chamado neoliberalismo. Como dois dos maiores pensadores marxistas brasileiros entende-se aqui que suas contribuições são fundamentais no aproveitamento da compreensão do fenômeno neoliberal nos dias atuais. Desse modo, põe-se em relevo suas análises escritas tanto no calor do momento de surgimento e da transição ao neoliberalismo nos anos 1980 e 1990, quanto da consolidação do fenômeno nos anos 2000. Nota-se, assim, que os dois pensadores, cada a um a seu modo, mobilizam o melhor das categorias marxianas e do marxismo na compreensão do presente histórico bem como de sua época, tanto em nível crítico-abstrato, quanto no prático-concreto. Um debate dessa natureza, trazendo o aporte marxista à compreensão do tempo presente, é praticamente ausente nos estudos sobre o tema, o que o torna ainda mais necessário.

Palavras-chave: crítica marxista, marxismo, neoliberalismo, carlos nelson coutinho, josé chasin.

TOWARDS A MARXIST PERSPECTIVE ON THE TRANSITION TO NEOLIBERALISM: CARLOS NELSON COUTINHO AND JOSÉ CHASIN'S ANALYSES OF 21ST-CENTURY BRAZILIAN CAPITALISM

ABSTRACT: The central objective of this study is to highlight the analyses of Carlos Nelson Coutinho and José Chasin regarding Brazil's transition to so-called neoliberalism. As two of Brazil's foremost Marxist thinkers, their contributions are considered fundamental to understanding the neoliberal phenomenon today. Thus, the study emphasizes analyses they produced both in the heat of the moment—during the emergence of and transition to neoliberalism in the 1980s and 1990s—and during the phenomenon's consolidation in the 2000s. It is evident that both thinkers, each in their own way, draw upon the best of Marxian categories and Marxist thought to comprehend the historical present and their own era, operating at both the critical-abstract and practical-concrete levels. A debate of this nature—bringing a Marxist perspective to the understanding of the present—is virtually absent from existing studies on the subject, making it all the more necessary.

Keywords Marxist critique, Marxism, Neoliberalism, Carlos Nelson Coutinho, José Chasin.

INTRODUÇÃO

Entende-se ser de grande relevância o debate entre as reflexões marxistas de José Chasin e Carlos Nelson Coutinho sobre a natureza do fenômeno neoliberal. Ambos o entendem como continuidade histórica do capital globalizado, de um lado sendo esse de natureza estrutural, como um

novo arranjo econômico produtivo no interior de uma época histórica de globalização cabal do mercado mundial e de superabundância de capital financeiro, e por outro como ideologia política de contrarreforma, onde governos e partidos orientados por ideólogos neoliberais utilizam da política econômica e dos aparelhos de Estado no fomento e perpetuação de uma economia de austeridade, corte de direito e acentuação de desigualdades. Ao retomar o melhor da tradição marxista os dois autores se baseiam na dialética entre base e superestrutura, economia e cultura, entre fenômeno e essência, tratou-se de trazer o aporte marxista sobre a ordem de determinações das categorias do existente no caso brasileiro. Assim, o debate sobre a natureza do fenômeno neoliberal, se é ou não um tipo específico de formação ideal versa centralmente na determinação do momento predominante que se verifica em uma dada época histórica.

Por meio da análise imanente de textos, entrevistas e análises de conjuntura são aqui analisadas as passagens em que Carlos Nelson Coutinho e José Chasin trataram do fenômeno do neoliberalismo. Nesses depoimentos e impressões, colhidos por meio da seleção de passagens em que o tema do neoliberalismo aparece e ocupa centralidade, é possível desdobrar uma analítica que conduza ao entendimento do papel que a análise dessa época histórica nova ocupou no conjunto da obra dos dois autores. Assim, identificado o problema no interior do quadro conceitual marxiano/marxista mobilizados pelos autores bem como suas formas de solução prática, é possível reproduzir, ainda que isso não tenha sido explicitado pelos autores em vida, seus discursos em diálogo crítico, no melhor da tradição dialética marxista.

Uma análise imanente pode ser descrita da seguinte forma. para Lukács “[...] quando se fala de método, é preciso ter em vista que o marxismo como um todo. E isso se refere tanto ao materialismo dialético quanto ao materialismo histórico” (2002, p. 147), e continua discriminando em três premissas centrais em que se baseia esse método:

a) [de] que exista uma realidade independente de nossa consciência; b) que essa realidade tenha um caráter objetivamente dialético, que nossa consciência – livremente, não mecanicamente, reproduz; e, finalmente c) que o homem seja ontologicamente um ser social e não que ingresse em relações sociais (independentemente da essência do seu ser homem) somente em um segundo momento. (Lukács, 2002, p. 147).

1. PREÂMBULO COMPARATIVO

A relação entre José Chasin e Carlos Nelson Coutinho é de longa data. Embora não seja uma relação explicitamente próxima ela apresenta ponto de toques fundamentais. Enquanto marxistas, o filósofo paulista e o teórico social baiano apresentam algumas afinidades temáticas e práticas bastante óbvias: a análise do capitalismo brasileiro e o estudo da obra de Marx. Ocorre que essas duas figuras

do marxismo nacional não são de menor monta. Gerações de intelectuais e militantes foram formados por textos traduzidos e estudados por essas duas figuras. São da espécie de intelectuais marxistas no sentido mais forte do termo. Em verdade, o peso e a relevância de suas gigantescas figuras para o desenvolvimento do marxismo no Brasil não podem ser subestimados.

Nesse sentido, mesmo que em rápidas e curtas reflexões sobre um fenômeno analisado a quente, e os dois autores mostram sua relevância. Suas análises ainda ganham mais relevância dado quadro ideológico dos intelectuais marxista da atualidade encontra-se cada vez mais distante de Marx e, por consequência, por assim dizer, de uma análise concreta da realidade brasileira.

Sendo assim, dado gigantismo que os dois autores têm para nossa temática, faz-se necessário percorrer com a devida atenção a trajetória de ambos, sempre que possível delineando suas intersecções e entrecruzamentos e referências recíprocas.

De saída é preciso dizer que Chasin morre em 1998 e Carlos Nelson Coutinho em 2013. Somente ao segundo coube ver a ascensão e consolidação do neoliberalismo sob os governos petistas. Isso é importante frisar, quando estamos comparando a análise desses autores, justamente porque estamos pressupondo que suas teorias são atuais. Sendo assim, e longe de recair numa escolástica estéril de saber qual dos dois foi “mais marxista”, cabe a pergunta: qual delas é mais atual?

Ambos estão ligados fortemente à introdução do pensamento do filósofo marxista húngaro György Lukács no Brasil, que, na década de 1960-70 tomou boa parte da produção dos dois pensadores marxistas brasileiros, desde os ligados direta ou indiretamente ao PCB, como é o caso de José Chasin, e Carlos Nelson Coutinho, como de autores que estiveram baseados.

A trajetória intelectual do filósofo paulistano José Chasin (1937-1998), figura ímpar na filosofia brasileira, pode distinguir-se por diversas atividades. De jovem colaborador da *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr. no início dos anos 1960, a disseminador da *Ontologia do Ser Social* de Lukács em nosso país; crítico das ideologias conservadoras e liberais a responsável por trazer a obra do filósofo István Mészáros ao Brasil por meio das publicações da Editora Ensaio; de colaborador editorial na *Revista Temas de Ciências Humanas* com outros intelectuais marxistas de renome nacional como Nelson Werneck Sodré, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, entre outros, a formulador de várias iniciativas editoriais e acadêmicas no campo do marxismo; de crítico da experiência revolucionária soviética, a crítico da natureza autocrático/bonapartista da burguesia brasileira; de candidato a deputado federal a empregado do governo moçambicano; de estudante engajado na luta pela educação pública juntamente com Florestan Fernandes a ativo interlocutor nas greves do ABC, na transição democrática e nos pleitos eleitorais, Chasin foi responsável abriu uma brecha no dogmatismo em

todos os âmbitos da teoria social marxista, sempre contrastando com “teses hegemônicas” em variados campos do saber e da atuação política, propondo-se sobretudo a um duplo e conjugado esforço: redescobrir o pensamento de Marx e analisar/influir na realidade brasileira.

Nos anos de 1970, quando editor da *Temas de Ciências Humanas* e da Editora *Ensaio*, Chasin, recusava a aplicação formalista do conceito de “via prussiana” para o caso brasileiro. Vale dizer que Carlos Nelson Coutinho – embora já tivesse assumido posições teóricas que o distanciavam do “período lukácsiano”-, o principal formulador desse conceito para a compressão do capitalismo brasileiro, também fazia parte da revista.

Na obra de Carlos Nelson o conceito de via prussiana um pano de fundo da teoria literária do Coutinho sobre o Brasil. Então, ele já percebe aqui que essa determinação recíproca entre uma burguesia atrasada, ou seja, uma classe burguesa que não promove desenvolvimento social combinado com progresso nacional, e a ausência desse desenvolvimento, essa causa e esse efeito, e esse efeito e essa causa, fazem com que o Brasil não alcance patamares mais elevados de civilização e de cultura, portanto. É justamente por ser um sintoma do atraso brasileiro que Carlos Nelson Coutinho faz da crítica literária seu campo de batalha político, estudando a cultura a partir do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social, seguindo bastante de perto, nessa época de pensamento, a teorização elaborada por Lukács.

Já o filósofo paulistano, seguindo de perto as teorizações de Marx, examina o desenvolvimento desigual e combinado do capital, contrastava as vias “clássica” e “prussiana” da modernização capitalista e detectava uma nova particularidade histórica nesse âmbito: a *via colonial*. Assim, Chasin sustentava que a objetivação do capitalismo na formação social brasileira, além de retardatária, era atrofiada e subalterna ao imperialismo.

Como salienta Frederico (1995) em capítulo dedicado ao resgate da disseminação do pensamento do filósofo marxista húngaro György Lukács no Brasil, em seu livro *a História do Marxismo no Brasil*: “A editora Senzala, em São Paulo, dirigida por José Chasin, abastecia as livrarias, em 1967, com o polêmico *Existencialismo ou marxismo?*” (Frederico, 1995, p. 191).

A editora Senzala¹ foi uma editora por meio da qual Chasin visava dar prosseguimento à sua linha de “manter a lucidez”, dedicando-se sobretudo à publicações tidas como fundamentais para o debate de esquerda, já no período de consolidação da *autocracia burguesa* no Brasil, ou seja, da ditadura militar – segundo a própria concepção do autor. Nesse sentido, o filósofo paulistano tinha em mente

¹ Editora dirigida por José e Jacques Chasin, que publicou entre outros títulos *Existencialismo ou Marxismo?*, de Lukács. Foi a primeira publicação de uma obra de Lukács no Brasil.

influir com edições de livros e revistas, para suprir algo que era entendido como uma carência no interior desse campo político. Desse esforço inicial resultará, mais adiante, seu projeto da *Temas de Ciências Humanas* e da *Ensaio*.

No entanto, a publicação do livro de Lukács pela editora Senzala em nosso país sucedia já o contato inicial travado entre os dois filósofos no período de escrita da dissertação de mestrado de Chasin, onde:

Um longo ensaio de inspiração marcadamente lukácsiana foi feito em 1963 pelo então estudante de filosofia da Universidade de São Paulo, José Chasin, que submeteu as ideias de Karl Mannheim a uma dura crítica (“*Dissertação sobre a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim*”, em *Revista Brasileira*, números 47 e 48). Demonstrando intimidade com as ideias de um ator ainda pouco conhecido como Lukács, o ensaio de Chasin *retoma pela primeira vez no Brasil, a crítica lukácsiana à sociologia como ciência objetiva e autônoma*, crítica que seria desenvolvida alguns anos depois por outros estudiosos. (Frederico, 1995, p. 187 – itálico nosso).

A escolha do filósofo alemão Karl Mannheim, objeto da monografia de final de curso de Chasin, de 1962, que foi publicada em dois números da *Revista Brasileira*, no ano de 1963, não foi ocasional. À época, Mannheim exercia uma influência muito grande na academia e em especial na USP. Havia naquele meio uma posição que via com bons olhos, que endossava a posição de Mannheim. Na oportunidade Chasin demonstrou um traço que viria a marcar toda sua trajetória intelectual, a coragem em ir *contra a corrente*. Ele o fez na mencionada uma monografia/dissertação de final de curso, que estava amparada em Lukács de *HCC*², e tomava o texto de Mannheim e mostrava as suas deficiências e lacunas por dentro, algo similar ao que depois viria a caracterizar-se como *análise imanente* no interior do pensamento do filósofo paulistano.

A relação dos dois pensadores remonta ao início da década de 1970, no período anterior ao golpe militar de 1964. Chasin, então um recém egresso de filosofia da USP que aspirava à carreira universitária, e Carlos Nelson Coutinho, egresso do curso de Direito da UFBA, então publicista militante do PCB no Rio de Janeiro, trocavam correspondências com o filósofo húngaro György Lukács. Essa relação com o filósofo magiar se deu pela mediação do filósofo brasileiro Leandro Konder, que tinha obtido o acesso àquele por meio de uma viagem e uma entrevista (Pinassi e Lessa, 2002).

² Trata-se do redutivo para *História e consciência de classe*, obra publicada em 1923.

Carlos Nelson Coutinho interessa à crítica estético-literária, à Chasin a crítica político-filosófica. Embora sejam áreas muito próximas, as duas não se esgotavam no mero exercício erudito. Enquanto modalidades de crítica marxista, diziam respeito, direta ou indiretamente à realidade brasileira.

A relação com Lukács viria a aprofundar-se mediante o estudo de sua obra no período em que Chasin esteve vinculado como professor à ESP (Escola de Sociologia e Política de São Paulo). Ali, Chasin já começara a ler *Para uma ontologia do ser social* de Lukács e também *A destruição da razão* - obra essa que compareceu como lastro inflexivo na crítica da ideologia integralista de Plínio Salgado em sua tese doutoral³. Esta última, publicada em livro posteriormente, e embora seja de natureza seminal para o debate da historiografia marxista, é referida muito poucas vezes nesse meio. Em verdade, e no que interessa diretamente para o caso em tela, Carlos Nelson Coutinho, em um ensaio intitulado *Cultura e sociedade no Brasil*, em livro homônimo, cita o livro de Chasin apenas em nota de rodapé, mas não dedica uma discussão mais aprofundada. Objetivando não incorrer no mesmo erro do teórico baiano⁴ – de não dar a devida dignidade ao interlocutor – ao analisar um tema dessa relevância em nota de rodapé, trazemos sua argumentação à luz do corpo do texto:

J.Chasin (*O integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo Ciências Humanas, 1978, p. 628 e ss.) foi – ao que se saiba – o primeiro a empregar o conceito de “capitalismo hipertardio”, indicando com ele um processo de industrialização que se dá quando o capital monopolista já domina em escala mundial (ou seja, na época do imperialismo”. Enquanto o capitalismo tardio leva o país que o experimenta a uma monopolização precoce, que pode transformá-lo em potência imperialista” (Alemanha, Japão), o capitalismo hipertardio torna-se necessariamente dependente do imperialismo” (Coutinho, 2010, p. 62 – nota de rodapé).

O mesmo, no entanto, não ocorre com o filósofo paulistano, que, ao forjar o conceito de via colonial nessa mesma obra cita, discute, e inclusive elogia, o teórico baiano ao final de sua tese doutoral

³ Quando esteve em Moçambique Chasin recebeu uma carta do marxista brasileiro José Paulo Netto elogiando a sua obra sobre *O Integralismo de Plínio Salgado*, falando que aquela era a maior obra que ele tinha visto de análise marxista no Brasil sobre ideologia. Cf.: Sartório & Assunção, 2008, p. 249.

⁴ Aqui nos valeremos da designação teórico baiano para Carlos Nelson Coutinho, e filósofo paulista, para José Chasin, tendo em vista o rumo analítico tomado por cada em suas respectivas trajetórias intelectuais. Isso nos parece correto, tendo em vista que o próprio Coutinho que autoriza um tratamento dessa natureza, quando, em 2008, na Introdução que dedicou ao seu livro “lukácsiano” *O Estruturalismo e a miséria da razão* repassa sua trajetória contanto que: “Quanto a mim, obrigado a buscar o exílio em 1976, senti-me liberado para me ocupar cada vez mais de questões de teoria política; em consequência, passei a dedicar a Gramsci uma atenção maior do que aquela que lhe havia dedicado até então, quando Lukács era a minha grande (e quase única) referência teórica”. Coutinho, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. pp. 7-8).

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lenin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho, trata-se de um itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso: ‘Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’ ou da ‘via russa’, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular’⁵ (Chasin, 2000, p. 36).

E mais adiante, no mesmo texto e no mesmo sentido:

No Brasil, só em anos muito recentes o problema da via prussiana mal que aflorou, e alguns raríssimos pesquisadores voltaram sua atenção para ela, em busca de referencial para efeito da análise do caso brasileiro. Neste diapasão, Carlos Nelson Coutinho, assumindo explicitamente a trilha teórico-metodológica lukacsiana, tem-se destacado como pioneiro fértil e bem sucedido, com especial dedicação no campo da análise literária (Chasin, 2000, p. 43).

Segundo um célebre discípulo de Chasin, Antônio Rago Filho, em entrevista:

Começávamos a estudar em meados dos anos 70 os seus esboços da ontologia estatutária de Marx. Quer dizer, o tríptico lukácsiano de análise imanente, determinação social e função social já está amplamente desenvolvido no *Integralismo* defendido em 1977, na Sociologia e Política, mas Chasin fala disso bem antes da apresentação da tese doutoral. Então, começávamos aí a aprender essa questão do marxismo enquanto ontologia. Chasin prepara a implementação de um curso de pós-graduação. (Sartório & Assunção, 2008, p. 254).

2. JOSÉ CHASIN

Desde seu retorno de Moçambique⁶, quando esteve alocado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Chasin ficou conhecido por suas aulas articuladas em torno dos problemas lançados na obra de extrema maturidade do autor húngaro, *Para uma ontologia do ser social*, e também por preparar a edição do *Pensamento vivido – autobiografia em diálogo*⁷, último trabalho de Lukács⁸. No período final da

⁵ Chasin cita aqui o Ensaio de Coutinho chamado “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”. Cf. Coutinho, Carlos Nelson. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 23.

⁶ Chasin esteve em Moçambique por cerca de dois anos, de 1978 a 1979, a convite do governo daquele país. Lecionou ali por dois anos, na Universidade Eduardo Mondlane, na capital Maputo.

⁷ *Pensamento vivido* de Georg Lukács foi publicado pela editora Estudos e Edições Ad Hominem, projetada e arquitetada por J. Chasin, mas que, com sua morte em 31 de dezembro de 1998, não pôde ver sua concretização.

⁸ O sociólogo marxista brasileiro Caio Navarro Toledo chama atenção numa resenha de um livro que trazia a entrevista de dois célebres lukácsianos brasileiros sobre a recepção de Lukács no Brasil para o “curioso” silenciamento da figura de Chasin. Reproduzimos a passagem *ipsis literis*: “No entanto, um reparo crítico deve ser aqui feito. É de se estranhar que, a entrevista concedida sobre a recepção de Lukács no Brasil, Coutinho e Konder em nenhum momento destacaram a importância da (extinta) revista *Temas de Ciências Humanas* na divulgação de textos de Lukács no Brasil. (A editora da revista teve, inclusive, o trabalho pioneiro de publicar, entre nós, uma tradução de dois capítulos da *Ontologia*.) Igualmente, na entrevista omite-se a contribuição editorial da revista *Ensaio*, dirigida até recentemente pelo filósofo, de orientação lukácsiana, José Chasin. Como bem se sabe, desde os anos 70, essa revista, regularmente, publicou importantes textos e entrevistas de Lukács e ensaios de estudiosos internacionais (entre eles, N. Tertulian, I. Mészáros e outros) e brasileiros que tematizam, especialmente, as últimas obras do pensador húngaro”. Cf.: Toledo, 2003, p. 171.

década de 1980 e início da de 1990, vinculou-se à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde debruçou-se sobre os anos formativos do pensamento de Karl Marx – especificamente o período compreendido entre 1843-47-, com seu projeto de redescoberta do estatuto ontológico do pensamento do filósofo alemão⁹, perquirindo e dilucidando os lineamentos ontológicos imanentes a esse estatuto. Traço significativo desse último período é a ultrapassagem dos horizontes da obra lukacsiana, ocasião em que pode voltar-se inteiramente aos estudos sobre a ontologia marxiana, processo em que formou e orientou trabalhos teóricos relevantes¹⁰.

Desdobramentos significativos da analítica chasiniana da via colonial são desenvolvidos em sua análise da natureza autocrática/bonapartista da burguesia bem como do politicismo da burguesia e das esquerdas brasileiras nas greves do ABC e nos pleitos eleitorais de 1989 e 1994.

Chasin, embora coincida com Coutinho em dizer que o neoliberalismo não é o “fim da história”, relaciona o fenômeno com a ascensão de uma *esquerda não-marxista*, chegando ao duro diagnóstico da *morte da esquerda* à nível mundial. De acordo com o filósofo paulistano o neoliberalismo:

Ergue-se através de energias próprias, mas ficando os pés sobre a vasta sepultura da esquerda. Em suas modulações e irradiações torna-se a atmosfera ideológica alternativa deste fim de século, penetrando inclusive as carcaças remanescentes da esquerda-nominal, para não falar da esquerda não-marxista que para além de vontade ou consciência, não pode viver sem o seu sopro (Chasin, 2000, p. 201)

A adoção feita por Chasin do termo neoliberalismo é feita de maneira bastante crítica, indicando que se trata do mesmo liberalismo clássico agora sob moldes terrivelmente novos e funestos. Ele procura, no entanto, não transformar um diagnóstico atilado e autocrítico com pessimismo e resignação, ao contrário, no melhor espírito marxiano afirma que é preciso “reconhecer, em toda a extensão de sua gravidade prática imediata, a morte da esquerda real e a ressurreição do liberalismo não é, portanto, manifestação de pessimismo, nem muito menos uma declaração do fim da história”, e continua, ao descrever o quadro da crise ideológica enfrentada pela esquerda, complementando positivamente:

⁹ Vale lembrar que neste tocante Chasin se apoiou em Lukács. O filósofo húngaro chega diz expressamente que: “o marxismo, concebido acertadamente, [...] não existe mais. Em seu lugar, temos o stalinismo, e continuaremos a tê-lo ainda por algum tempo.” (Lukács, György. *Conversation with György Lukács* (Interview with Franco Ferrarotti). In: World View, May, 1972. New York, 1972. p. 32). De acordo com Lukács, o destino do pensamento de Marx foi vítima de uma degeneração, sendo urgente e necessário, no esforço para a compreensão e atuação no presente histórico, retornar às formulações desse grande pensador revolucionário.

¹⁰ Resultante substancial de orientação acadêmica de Chasin pode ser encontrada em *Ensaio ad Hominem* – N° 1, Tomo IV - Dossiê Marx (2001) – São Paulo: Estudos e Edições Ad hominem, 2001.

Pelo contrário, é cumprir a exigência revolucionária elementar de aferição do quadro histórico vigente, facultada exatamente pela manutenção de perspectivas, que suscita senso crítico e de realidade, inclusive em circunstâncias de extrema adversidade, como a desenhada nestes finais de século. Quanto mais concreta for a representação do atual momento desfavorável, tanto mais solidamente poderão ser fundadas as esperanças, pois a morte da esquerda não é a extinção da perspectiva histórica da esquerda (Chasin, 2000, p. 201).

Para o filósofo paulistano, tratava-se de uma oportunidade histórica e de uma tarefa de reconstrução da perspectiva ideológica da esquerda, justamente no período em que se encontrava sem perspectivas.

Em verdade, procurando lidar com as contradições do tempo presente – tarefa ingente e urgente de um pensador marxista – coloca que o neoliberalismo como ideologia, ou como lógica política, encontrava-se morto já no final da década de 1980, enxergando no processo de globalização promovido por esta lógica, um inelutável processo histórico de mundialização da economia:

O neoliberalismo e a globalização como ideologias estão mortos há mais de uma década (Reagan/Tatcher), mas a globalização é imperecível como lógica do capital. a política, na transição para a globalização, ou se torna seu agente inteligente ou brutal, ou se manifesta como agente perturbador de curto fôlego. Estado é o coadjuvante da globalização, tal como o é sempre em relação aos protagonistas dominantes da sociedade civil, enquanto tal precisa “representar” também as classes subalternas, inclui-las nos processos democráticos, o que não significa nunca fazer uma política de sua perspectiva; isso não compreende mecanicidade na representação efetiva dos dominantes (Chasin, 2000b, s/n).

Chasin define o neoliberalismo como bandeira política e, enquanto tal, como uma forma de ideologia, capaz de ser ultrapassada pelas determinações históricas postas por um determinado estágio modo de produção. Ao criticar os programas partidários da esquerda brasileira nos anos 1990 refere “a inépcia da bandeira contra o neoliberalismo, simples plataforma politicista e eleitoral” (Chasin, 2000b, s/n). Esses programas, confortáveis na posição de oposição política, e comprometidos pelo *politicismo*¹¹ não teriam compreendido a época histórica em que se encontravam, estando aquém de uma perspectiva autenticamente de esquerda e verdadeiramente marxista. Evidenciando a *determinação ontonegativa da politicidade*¹² e trazendo a discussão para o solo econômico social afirma que

[as] oposições não concebem como o negar, b) estas estão destituídas de senso real, objetivo e racional, pois não entendem a atualidade e pensam com a lógica do passado sem mesmo a ter compreendido. O desenvolvimento das forças produtivas, no grau já alcançado, repercute sobre a sociedade política de duas maneiras desiguais e contraditórias: a) Põe em evidência

¹¹ Termo cunhado por Chasin para criticar aqueles autores que separam e autonomizam a esfera política da anatomia da sociedade, a produção material.

¹² Termo cunhado por Chasin e que aponta a natureza abstrata da comunidade política e da figura que nela tomam os indivíduos – o cidadão. De acordo com o filósofo paulistano a “política não é um atributo necessário do ser social, mas contingente no seu processo de autoidentificação” (CHASIN, 2000a, p. 54)

mais do que nunca a fundamentabilidade e a natureza determinante da sociedade civil sobre a sociedade política. E tanto mais é assim quanto mais desenvolvida e civilizada é a sociedade civil: i) a emergência das organizações não governamentais, apesar dos defeitos, distorções e corrupções, próprias à sua infância, constitui uma evidência, mesmo que pálida, disso. As ONGs são entidades não-governamentais na forma da alienação. ii) redução das soberanias por efeito da legalidade planetária das novas formas da cadeia produtiva. A política se encolhe e se ajusta a ela (Chasin, 2000c, s/n).

Tanto governo quanto as oposições políticas se situariam no estrito e parcial campo da política, em se fariam no máximo extremidades ou pólos no interior de um gradiente autorreferente posto pela ordem do capital. Referindo-se ao quadro político-partidário do final da década de 1990, e afirmando que a esquerda daquela época não partia mais da lógica do trabalho, diz Chasin:

Os dois partidos básicos do governo pertencem à ordem do capital e dentro dela estabelecem seus projetos (pólos em que fazem PSDB e PFL: social-democracia, social-liberalismo). Os partidos de oposição estão igualmente na ordem do capital por seus discursos e pelas suas atuações efetivas. Não há projeto a partir do trabalho, pois sem a perspectiva de transformação social, para além do capital, não pode haver projeto. Sem projeto revolucionário, sem o projeto de uma reedificação da estrutura social não pode haver alvo político intermediário a atingir, eles a constituir, pois não há configuração de rota até a revolução (Chasin, 1999, p. 23).

3. CARLOS NELSON COUTINHO

Já Carlos Nelson Coutinho talvez tenha sido o intelectual marxista brasileiro que mais influenciou a forma como a esquerda pensa a política no país.

Nascido em 28 de junho de 1943 na cidade de Itabuna, interior do Estado da Bahia, Carlos Nelson Coutinho transferiu-se cedo com a família para a capital, Salvador, onde deu início à sua multitudinária jornada de formação intelectual. Ainda na adolescência (aos 13 ou 14 anos), descobriu por meio do pai, advogado, poeta e deputado estadual por três mandatos pela UDN, Nathan Coutinho (1911-1991), o *Manifesto comunista*, de Karl Marx, e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de Engels. Essas leituras fomentaram no jovem Carlos Nelson o desejo de fazer política e o fizeram um imediato adepto do comunismo. Exortado por seus anseios políticos, Coutinho entrou para a faculdade de direito da Bahia, em 1961. Graças à ação da Juventude Universitária Católica (JUC) e do PCB, o ambiente ali era próprio para ele, donde o jovem comunista ter ingressado, ao mesmo tempo, na agremiação pecebista, da qual só sairia em 1982.

Em um ensaio de 1961, *O processo das contradições e a revolução brasileira*, Coutinho vai apresentar o tema da formação econômica social brasileira, buscando analisar que tipo de contradição está posta

no caso brasileiro. O objetivo do ensaio reflete sobre quais são os passos a serem dados para configurar um Brasil mais democrático. Ele diz que o Brasil ainda tem um perfil colonial, ou seja, é um país ainda com estruturas muito arcaicas, fazendo ainda uma periodização rudimentar. O período colonial começa com uma produção voltada para fora, e o que é muito importante, ele diz que o Brasil é um país que foi constituído, enquanto tal, como nação, como uma espécie de consequência da expansão do capitalismo mercantil europeu.

Isso é importante, porque ele vai mudar de posição depois. O Brasil emerge com uma produção alienada, uma produção para fora, e de início, pelo menos, o mercado interno é muito rudimentar. O mercado interno não chega a onerar os custos de produção. No entanto, na virada do século XVIII para o XIX, vai acontecer a transição do capitalismo mercantil para o industrial no cenário europeu. Então, vamos ter ali que no cenário interno, no cenário interno, vai acontecer também um tipo de transição. Há um estímulo ao desenvolvimento do mercado interno. Então, você vai ter um problema. Há conjugação orgânica de produção e consumo. A produção é voltada para fora, e o consumo recorre a importações. Então, vai ter essa contradição. O Brasil vai ter que importar muito, e vai ter sempre problemas na balança de pagamentos. Essa contradição dá origem à solução da industrialização pela via da substituição de importações.

No entanto, seu trabalho foi muito além da tradução e da militância partidária. No final dos anos 1970, quando retorna ao Brasil já como um gramsciano, Coutinho organizou a edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci, tornando-se uma das maiores referências mundiais no estudo do pensador italiano. Graças a esse esforço, conceitos como hegemonia, sociedade civil e Estado ampliado passaram a ocupar lugar central nos debates políticos e acadêmicos brasileiros.

Sua obra mais conhecida, *A democracia como valor universal* (1979), marcou uma virada no pensamento da esquerda. Em plena ditadura militar, voltando da Itália sob forte influxo do eurocomunismo do Partido Comunista Italiano (PCI) e, dito de forma direta e coloquial, mais gramsciano que lukácsiano, Coutinho defendeu que a democracia não deveria ser vista como uma etapa passageira ou um simples instrumento político, mas como um valor permanente e indispensável para qualquer projeto socialista. Sua formulação tornou-se célebre: não há socialismo sem democracia, nem democracia plena sem socialismo. Posteriormente, nos anos 1990, após rever seu ensaio, e sob a influência da publicação, em 1991, do texto lukácsiano *Democracia hoje e amanhã* (*Demokratisierung heute*

und Morgen) passa a falar em democratização como valor universal, e não mais simplesmente em democracia¹³.

Em um período em que parte da esquerda relativizava as liberdades políticas em nome de objetivos maiores, Coutinho insistiu que liberdade, pluralismo e participação popular eram conquistas que deveriam ser ampliadas, e não sacrificadas. Militante do PCB e, posteriormente, do PT, procurou unir reflexão teórica e prática política de uma maneira ímpar na história desses tanto no interior da história desses partidos, quanto na história dos intelectuais marxistas brasileiros de um modo geral.

Talvez, sua principal contribuição foi ajudar o marxismo brasileiro a amadurecer, recusando tanto as injustiças do capitalismo quanto as experiências autoritárias que falavam em nome da revolução. Sua obra continua atual por combinar crítica à desigualdade social com um compromisso inegociável com a liberdade.

No pequeno texto chamado “A hegemonia da pequena política”, em que dedica uma análise ao que chama de “época neoliberal”, Carlos Nelson Coutinho demonstra sua conhecida habilidade em mobilizar conceitos da tradição marxista juntamente com o domínio de um rico conhecimento histórico. Baseando-se expressamente no pensamento do filósofo comunista italiano Antonio Gramsci o teórico baiano procura de saída articular os conceitos de pequena política e hegemonia no caso brasileiro declarando que “o Brasil fim dos anos 1970 e meados de 1980 havia se tornado preponderante mente uma sociedade ‘ocidental’ no sentido gramsciano do termo, ou seja, na qual existe uma ‘justa relação’ entre Estado e sociedade civil” (Coutinho, 2010, p. 41).

Um outro dado de fundamental importância na delimitação da “época neoliberal” e de sua nova hegemonia é fim da USSR no Oriente, em 1989, e a extinção de um contrapeso, por assim dizer, que balanceasse, no Ocidente, as democracias no atendimento das “demandas do de baixo”.

¹³ No entanto, o Coutinho gramsciano vê nas posições de Lukács contidas em “O processo de democratização” apenas um apelo de “retorno a Lenin”, deixando de lado a essência da democracia aí proposta, isto é, o fato de que ela constitui uma “forma social” de transição ao comunismo, algo similar aos conselhos da Comuna de Paris e das revoluções russas e não aos aparatos institucionais burgueses de que fala o teórico baiano. Cf. C. N. Coutinho, *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005, p. 30-31. A refutação coutiniana do tratamento lukacsiano da política na *Ontologia* e nos *Prolegômenos* encontra-se em: C. N. Coutinho, “Lukács, a ontologia e a política”, in: ———, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, pp. 143-160.

É nesta configuração histórica que o teórico baiano mergulha no universo conceitual gramsciano e aborda delimitando aquilo que dá título ao seu ensaio:

A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no com senso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas (Coutinho, 2010, p. 30).

Para logo em seguida concluir “Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo “natural” (Coutinho, 2010, p. 31).

À medida que o texto avança vão sendo trazidas questões da “época neoliberal” e confrontadas com o aparato conceitual gramsciano. Segundo Coutinho o marxismo de sua época estaria em dívida com uma teorização adequada do fenômeno histórico. No entanto há um esforço de caracterização por sua parte:

Para identificar melhor a situação atual da hegemonia no mundo, caberia tentar conceituar a chamada “época neoliberal” ou, se preferirmos, a época da servidão financeira. Uma análise sistemática da presente época do capitalismo “globalizado” é uma tarefa ainda não concluída por parte dos marxistas (Coutinho, 2010, p. 32).

Deixando claro que entende o neoliberalismo como um fenômeno de característica ideológica, ou melhor, de hegemonia, a questão da democracia, por exemplo, é remetida a pensadores liberais do século XX, que, na batalha das ideias decorrida, fundamentam o que hoje é a hegemonia neoliberal. Neles as demandas populares são nocivas “[...] para a conservação da ‘democracia’ pelos teóricos que condenam o ‘excesso de demandas’ como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social” (Coutinho, 2010, p. 32).

E mais à frente, abordando a transição de épocas históricas entre o *welfare state* e a “época neoliberal” arremata:

Sáímos do *welfare state* entrarmos na época neoliberal onde “vitórias da economia política do trabalho” e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de revolução passiva, mas sim o de contrarreforma (Coutinho, 2010, 37-38)

É possível notar a complexidade e um certo embaraço enfrentados por Coutinho na adequação dialética entre conceito e realidade. Nesse sentido, é entendida como necessária em primeiro lugar o equacionamento conceitual frente à tradição em que está inserido para somente depois delimitar afirmativamente do que se trata o objeto analisado. Procurando marcar posição no interior do campo gramsciano, o teórico baiano afirma que é cético frente “a possibilidade de compreender características essenciais da contemporaneidade à luz do conceito gramsciano de revolução passiva”, e que “antes de falar em revolução passiva, seria útil tentar compreender muitos fenômenos da época neoliberal através do conceito de contrarreforma, que também faz parte, ainda que só marginalmente, do aparato categorial de Gramsci” (Coutinho, 2010, p. 34). Sendo dois tipos de transição histórica onde a *dialética entre velho e o novo* se arranjam de uma forma específica, a revolução passiva se diferenciaria de uma contrarreforma “no fato de que, enquanto na primeira certamente existem ‘restaurações’ – mas que ‘acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo’ –, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho” (Coutinho, 2010, p. 35).

Após a sustentação teórica dos pressupostos de que está partindo, é possível a ele interrogar: “a época neoliberal, iniciada nas últimas décadas do século XX, aproxima-se mais de uma revolução passiva ou de uma contrarreforma?” (Coutinho, 2010, p. 35), para mais adiante no texto ponderar que “A definição de nossa época como caracterizada pela contrarreforma e não por uma nova revolução passiva tem implicações para nossa discussão sobre as características das atuais formas de hegemonia”, e logo em seguida afirmar mais conclusivamente que “Podemos assim dizer que, na era da contrarreforma neoliberal, predomina sem grandes contrastes a hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010, p. 40).

Para o teórico baiano, não se trata em definitivo do “fim da história”, mas de uma época de refluxo do movimento socialista, em que é adotada não conquista de direitos, como vinha sendo no período do *welfare state*, que caracterizava como um tipo de revolução passiva, mas uma tática defensiva na preservação de direitos. Diz Coutinho:

A luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado. Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de ‘uma certa parte das exigências que vêm de baixo’, que Gramsci considerava, como vimos, uma característica essencial das revoluções passivas (Coutinho, 2010, p. 38).

Desse modo, ao falar mais concretamente do caso brasileiro remete que haveria uma possibilidade de inflexão superestrutural na virada dos anos 1970-80, onde “logo após o fim da ditadura, o Brasil se viu diante dessas duas possibilidades de organizar sua recém-criada sociedade ‘ocidental’, ou seja, segundo um modelo americano (neoliberal) ou um modelo europeu (democrático) (Coutinho, 2010, p. 41).

Ao tratar do “bloco histórico no poder”, do partido de que fez parte até o início dos anos 2000¹⁴. Tratando especificamente do caso petista, embora estenda sua análise para o governo FHC, Coutinho diz:

A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição (Coutinho, 2010, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada quatro anos, o futuro volta a caber nos programas de governo: reindustrialização, desenvolvimento científico e tecnológico, transição energética, redução das desigualdades e a cada vez mais popular soberania. E logo aparecem também nossos inibidores: uma estrutura produtiva dependente e crescentemente especializada em atividades de menor intensidade tecnológica; a concentração da propriedade, da renda e da riqueza; a subordinação do fundo público às exigências da acumulação; um sistema tributário historicamente regressivo; a dependência tecnológica e financeira; e um mercado de trabalho cuja competitividade continua apoiada, em larga medida, no baixo custo e na precariedade da força de trabalho. Nenhuma força política escolhe livremente as condições nas quais atua, e nenhuma transformação pode simplesmente ignorá-las. O problema começa quando deixamos de tratá-las como limites a enfrentar e passamos a tomá-las como medida de nossas próprias pretensões.

Vemos que embora a trajetória de Coutinho e Chasin coincida muito no início de suas trajetórias, elas terminam por se afastar criticamente ao final das mesmas. Tendo em vista a dialética

¹⁴ Carlos Nelson Coutinho sai do PT em 2003, no mesmo ano em que o partido ascende ao Executivo Nacional.

marxista de uma relação reflexiva entre base e superestrutura, vemos que Carlos Nelson Coutinho focou mais no aspecto superestrutural, enquanto Chasin deu mais atenção ao econômico.

A confrontação entre o pensamento de ambos é tida como válida e necessária visto que por meio das categorias marxianas e marxistas, suas análises se tornam objeto de diferenças nada desprezíveis na proposição de alternativas ao presente. O neoliberalismo é, assim, visto por Chasin não como ideologia ou formação ideal – o qual poderia ser combatido no interior da esfera política, com a adesão a um determinado projeto partidário, por exemplo, mas antes como um sintoma de um fim de época e da culminância do mercado mundial globalizado, ou seja, como inflexão de novo tipo na esfera econômico-produtiva, no base real do modo de produção capitalista.

Já para Carlos Nelson Coutinho o neoliberalismo é visto afirmativamente como uma forma de ideologia, isto é, como projeto em vigência de contrarreforma de uma hegemonia capitalista de *tipo novo*. A divergência de análises pode resultar num melhor entendimento do que está historicamente superado e do que ainda é atual no interior da tradição marxista.

REFERÊNCIAS:

ASSUNÇÃO, Vânia, N. F. Apresentação: da teoria das abstrações à crítica chasiniana de Lukács. Verinotio, Rio das Ostras, v. 27, n.1, pp. 146-156, jan/jun 2021.

CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a.

_____. A MORTE DA ESQUERDA E O NEOLIBERALISMO. In.: Ensaio Ad Hominem/Estudo e Edições Ad Hominem – nº.1, Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Ensaio Ad Hominem, 2000, pp. 115 - 128.

_____. A resistência ao neoliberalismo. In.: *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 289-296.

_____. O poder do real. In.: *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp.297-304.

_____. Poder e miséria do homem contemporâneo. Conferência proferida em maio de 1997 na UNA — Faculdade de Ciências Gerenciais — Belo Horizonte, Minas Gerais. Artigo publicado pelo Jornal O Estado de Minas em 07/10/2000b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/1997/05/poder.htm>. Acesso em 01/19/2026.

_____. Rota e perspectiva de um projeto marxista. In.: *Ensaio Ad Hominem/Estudo e Edições Ad Hominem – nº.1, Tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Ensaio Ad Hominem, 2000c, pp. 5-78.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In.: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Oliveira, Francisco de, Braga, Ruy. Rizek, Cibele Saliba, (orgs). São Paulo: Boitempo, 2010, pp.29-46.

_____. Entrevista ao site Teoria e Debate. *Teoria e debate* - EDIÇÃO 51 - 02/07/2002 - Emiliano José e José Corrêa Leite. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/carlos-nelson-coutinho/>. Acesso em 15/06/2026.

_____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

TOLEDO, C. N. Resenha de: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (orgs.). Lukács e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo, 2002. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 16, 2003, p. 167-171.

RAGO FILHO, A. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. Verinotio, Rio das Ostras, v. 11, pp. 71-86, Ano VI, abril/2010.

SARTÓRIO, Lúcia. A.; ASSUNÇÃO, Vânia, N. F. A trajetória de J. Chasin: teoria e prática a serviço da revolução social. Entrevista com os Profs. Drs. Antonio Rago Filho e Ester Vaisman. Verinotio, v. 9, pp. 221-298. Ano V, nov/2008.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR:

Marco Aurélio Palu: Investigação, Esboço original, revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor Marco Aurélio Palu declara que não há conflito de interesse a mencionar.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR:

Marco Aurélio Palu é Licenciado/bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tendo atuado como bolsista nas duas etapas. Possui interesse na área de filosofia política do marxismo.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

Eu, Marco Aurélio Palu, declaro que NÃO utilizei ferramentas de Inteligência Artificial (IA) no processo de elaboração do manuscrito submetido. Declaro ainda que assumo total responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito, garantindo sua originalidade, precisão, validade e integridade ética, conforme previsto na Política de Uso da Inteligência Artificial do 50º Encontro Anual da ANPOCS.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.